Neoliberalismo, sofrimento social e bloqueio da imaginação política

Danielle de Sousa[1]

RESUMO

Esta fala propõe uma leitura teórico-conjuntural do sofrimento contemporâneo a partir da articulação entre o capitalismo neoliberal, a precarização da vida e o bloqueio da imaginação política. Parte-se da compreensão de que o mal-estar não pode ser reduzido a dificuldades individuais, falhas adaptativas ou déficits emocionais, pois está vinculado a processos históricos de expropriação, sobrecarga, competitividade e fragmentação dos vínculos. Em diálogo com Fisher (2009, 2020), sustenta-se que o realismo capitalista opera ao privatizar o sofrimento e convertê-lo em fracassos pessoais, produzindo exaustão, medo, cinismo, impotência e desalento. Em interlocução com Malaquias (2020) e Fanon (2008), argumenta-se ainda que os modos de gestão da vida e do sofrimento não são neutros, mas estão atravessados por normas raciais, coloniais e produtivistas que estreitam as possibilidades de elaboração coletiva. Nesse contexto, o psicodrama é retomado não como recurso expressivo ou técnica de acomodação subjetiva, mas como prática relacional capaz de restituir mediações entre sujeito, história e coletividade. O objetivo é discutir em que medida a cena psicodramática, quando articulada a espaços de organização política, pode deslocar afetos de resignação e reinscrever sofrimentos em tramas sociais mais amplas. Conclui-se que sua potência política reside em criar condições para que conflitos se tornem visíveis, compartilháveis e historicamente inteligíveis, reabrindo a possibilidade de imaginação coletiva diante de um presente marcado pela captura da experiência.

Palavras-chave: Psicodrama; Sameca; Revolução; Organização política.

[1] Graduada em Psicologia (Unicsul), Especialista em Psicodrama Nível I (Sedes Sapientiae), danielleadelinopsi@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma leitura teórico-conjuntural do sofrimento contemporâneo a partir da articulação entre capitalismo neoliberal, precarização da vida e bloqueio da imaginação política, no contexto da mesa *O que acontece quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária?*. O tema central consiste em discutir como determinados modos de organização social produzem formas específicas de mal-estar e, ao mesmo tempo, dificultam sua elaboração coletiva ao convertê-las em problemas privados, subjetivos e supostamente despolitizados. Parte-se da compreensão de que sofrimento, exaustão, medo, impotência e desalento não podem ser reduzidos a falhas adaptativas, insuficiências individuais ou déficits emocionais, pois se vinculam a processos históricos de expropriação, sobrecarga, competitividade e fragmentação dos vínculos.

A justificativa do estudo reside na necessidade de enfrentar leituras psicologizantes que descolam o sofrimento de suas determinações materiais, sociais e políticas. Em diálogo com Fisher (2009, 2020), compreende-se que o neoliberalismo não opera apenas como racionalidade econômica, mas também como forma de organização da experiência que privatiza o mal-estar e empobrece o horizonte do possível. Em interlocução com Fanon (2008) e Malaquias (2020), sustenta-se ainda que os modos de gestão da vida e do sofrimento não são neutros, mas atravessados por normas raciais, coloniais e produtivistas que distribuem desigualmente reconhecimento, vulnerabilidade e legitimidade.

O objetivo geral é discutir em que medida o psicodrama, quando articulado a espaços de organização política, pode contribuir para deslocar afetos de resignação e reinscrever sofrimentos em tramas sociais mais amplas. Especificamente, busca-se problematizar a privatização neoliberal do sofrimento, refletir sobre seus atravessamentos raciais e coloniais e defender o psicodrama como prática relacional capaz de restituir mediações entre sujeito, história e coletividade.

2 DESENVOLVIMENTO

A reflexão parte da hipótese de que o neoliberalismo intensifica formas de sofrimento que tendem a ser percebidas como fracassos estritamente individuais. Fisher (2009) demonstra que o realismo capitalista produz um efeito de naturalização da ordem vigente, de tal modo que precarização, insegurança, sobrecarga e competição passam a ser vividas como destino inevitável. Nesse quadro, o sofrimento não desaparece, mas é deslocado para o plano da interioridade, como se ansiedade, medo, cansaço e desesperança fossem apenas problemas de gestão emocional. Em Fisher (2020), esse diagnóstico se prolonga na crítica ao estreitamento da imaginação política, isto é, à dificuldade crescente de conceber alternativas coletivas diante de uma realidade que se apresenta como única e incontornável.

Esse processo de privatização do sofrimento tem efeitos concretos na forma como sujeitos interpretam a própria experiência. O mal-estar deixa de ser lido como expressão de relações sociais violentas e passa a ser tratado como inadequação pessoal, dificuldade de adaptação ou incapacidade de desempenho. A competitividade generalizada, a instabilidade permanente e a pressão por produtividade produzem não apenas esgotamento, mas também isolamento e culpabilização. A experiência do sofrimento torna-se, assim, ao mesmo tempo disseminada e silenciosa, intensa e despolitizada.

Fanon (2008) permite adensar essa análise ao mostrar que a opressão não opera apenas no plano das estruturas externas, mas também se inscreve nos corpos, na linguagem, nos afetos e nas formas de reconhecimento. Sua contribuição é decisiva para compreender que o sofrimento social não é uma categoria abstrata, pois se distribui de forma racializada, colonial e desigual. Em outras palavras, nem toda precariedade é experimentada da mesma maneira, e os regimes de opressão incidem diferencialmente sobre corpos e existências. Nessa mesma direção, Malaquias (2020) evidencia que os saberes psi, quando não interrogam seus próprios pressupostos, podem reforçar normas raciais e produtivistas, transformando a adaptação e o ajustamento em critérios silenciosos de legitimidade.

É nesse cenário que o psicodrama ganha relevância não como técnica de acomodação subjetiva, mas como prática relacional de elaboração coletiva. Quando situado em diálogo com uma organização política revolucionária, ele pode contribuir para deslocar o sofrimento de sua captura individualizante e reinscrevê-lo em uma trama histórica e coletiva. A cena psicodramática, nesse enquadramento, não funciona como espaço de mera expressão emocional, mas como dispositivo capaz de tornar conflitos visíveis, compartilháveis e inteligíveis. O que aparece como medo, impotência ou paralisia pode, então, ser relido não como falha íntima, mas como efeito de condições sociais e políticas que demandam análise e elaboração comuns.

A potência do psicodrama, aqui, está em restituir mediações entre sujeito, história e coletividade. Ao favorecer a circulação da palavra, a dramatização de impasses e a construção compartilhada de sentidos, ele pode abrir brechas no bloqueio da imaginação política. Isso significa recolocar em movimento a capacidade de perceber contradições, nomear sofrimentos e ensaiar outras formas de vínculo e de ação. Em vez de reforçar a adaptação a uma realidade adoecedora, o psicodrama pode sustentar experiências em que o mal-estar deixe de ser destino privado e passe a constituir matéria de leitura crítica e de elaboração coletiva.

No contexto da mesa, essa discussão permite afirmar que o encontro entre a prática psicodramática e a organização política revolucionária desencadeia um deslocamento fundamental. O sofrimento deixa de ser apenas objeto de cuidado e torna-se também analisador da conjuntura. A cena deixa de ser apenas um espaço terapêutico e passa a operar como território de leitura social, de partilha de afetos e de reativação da imaginação política. Assim, o psicodrama pode contribuir para criar condições psicossociais nas quais a resignação seja tensionada, a impotência seja compartilhada sem ser naturalizada e a experiência vivida possa ser recolocada no horizonte da ação coletiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas permitem sustentar que o sofrimento contemporâneo não pode ser adequadamente compreendido se for isolado de seus determinantes históricos, materiais e políticos. Em tempos de neoliberalismo, sua privatização constitui parte do próprio funcionamento da ordem social, pois transforma a precarização, o medo e o esgotamento em dramas subjetivos aparentemente desvinculados das condições que os produzem. Fisher (2009; 2020), Fanon (2008) e Malaquias (2020) oferecem ferramentas decisivas para recusar essa despolitização e compreender que o mal-estar também é um índice de relações sociais violentas, racializadas e normativas.

Nesse contexto, o psicodrama pode desempenhar um papel importante quando articulado a espaços de organização política, pois favorece a visibilização de conflitos, a elaboração compartilhada do sofrimento e a reabertura da imaginação coletiva. Sua potência política não reside em oferecer soluções imediatas nem em substituir a transformação estrutural, mas em criar condições para que experiências de resignação, medo e impotência sejam reinscritas em tramas históricas mais amplas. Ao fazê-lo, contribui para reconstituir os vínculos entre sujeito, coletividade e ação, abrindo espaço para que o sofrimento deixe de ser vivido como destino privado e passe a integrar processos de leitura crítica e de elaboração política do presente.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

FISHER, Mark. **Pós-capitalismo: notas sobre o fim da sociedade contemporânea**. São Paulo:
Autonomia Literária, 2020.

MALAQUIAS, Maria Celia. Psicodrama e negritude no Brasil. In: MALAQUIAS, Maria Celia. (Orgs.). **Psicodrama e relações étnico-raciais: diálogos e reflexões**. São Paulo: Ágora, 2020. [versão Kindle].

Corpo, cena e descolonização do psicodrama

Tici Jardim Pimenta [2]

RESUMO

Esta fala discute o psicodrama a partir de uma perspectiva clínico-política orientada pelos debates sobre colonialidade, gênero, raça, corpo e reconhecimento. Parte-se do pressuposto de que nenhuma cena é neutra e de que o palco psicodramático é atravessado por normas e relações de poder que distribuem desigualmente quem pode aparecer como protagonista, quais conflitos se tornam legíveis e quais modos de existência permanecem marginalizados. Em diálogo com Ribeiro (2023, 2024), propõe-se uma releitura decolonial do legado moreniano, capaz de tensionar seus limites históricos e ampliar suas condições de escuta e de elaboração. A discussão articula ainda contribuições de Butler (2022, 2024) e Preciado (2019, 2023), destacando que precariedade, reconhecimento, corpo, desejo e linguagem são dimensões centrais tanto na produção da opressão quanto nas possibilidades de sua elaboração coletiva. Nessa perspectiva, o psicodrama pode operar como dispositivo de desnaturalização de hierarquias e de reconfiguração da cena, desde que seja capaz de interrogar criticamente seus próprios pressupostos sobre o encontro, o papel, a espontaneidade e o vínculo. O objetivo é mostrar que uma prática psicodramática comprometida com a transformação social precisa abrir-se às críticas feministas, antirracistas, decoloniais e dissidentes, recusando qualquer universalização abstrata do sujeito clínico. Conclui-se que descolonizar o psicodrama não significa abandoná-lo, mas reabrir sua teoria à interpelação de corpos e experiências historicamente silenciados, tornando a cena um espaço de disputa por existência, reconhecimento e transformação.

Palavras-chave: Psicodrama. Decolonialidade. Gênero. Raça. Reconhecimento.

[2] Mestra e doutoranda em Linguística (Unifran), graduada em Psicologia (Unifran), Especialista em Sexologia (InPaSex), Estudante de Psicodrama Nível I (Casa do Encontro), ticiano_pimenta@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o psicodrama a partir de uma perspectiva clínico-política orientada pelos debates sobre colonialidade, gênero, raça, corpo e reconhecimento, no contexto da mesa *O que acontece quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária?*. Seu tema central consiste em interrogar a cena psicodramática como espaço atravessado por normas e relações de poder que distribuem desigualmente quem pode aparecer como protagonista, quais conflitos se tornam legíveis e quais modos de existência permanecem marginalizados. Parte-se do pressuposto de que nenhuma cena é neutra e de que o palco psicodramático, longe de constituir um espaço universal e abstrato de expressão, é atravessado por enquadramentos históricos, sociais e políticos que incidem sobre corpos, vínculos e formas de reconhecimento.

A justificativa do estudo reside na necessidade de tensionar criticamente o legado moreniano sem, com isso, abandoná-lo. Se, por um lado, o psicodrama oferece recursos potentes para pensar encontro, espontaneidade, papéis, criação e elaboração coletiva, por outro, seus usos históricos e suas formulações tradicionais nem sempre tematizaram de modo suficiente os efeitos da colonialidade, do racismo, da cisheteronormatividade e das hierarquias de reconhecimento sobre a própria cena clínica e grupal. Em diálogo com Ribeiro (2023, 2024), Butler (2022, 2024) e Preciado (2019, 2023), este trabalho sustenta que descolonizar o psicodrama implica abrir sua teoria e sua prática à interpelação de corpos e experiências historicamente silenciados.

O objetivo geral é mostrar que uma prática psicodramática comprometida com a transformação social precisa abrir-se às críticas feministas, antirracistas, decoloniais e dissidentes, recusando qualquer universalização abstrata do sujeito clínico. Especificamente, pretende-se problematizar a ideia de neutralidade da cena, discutir os limites de uma concepção universalizante do encontro e sustentar que a descolonização do psicodrama depende de sua capacidade de tornar visíveis os regimes normativos que atravessam o corpo, a linguagem, o desejo e o reconhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO

A reflexão parte da afirmação de que corpo e cena não podem ser pensados fora das relações de poder que os produzem, organizam e hierarquizam. A cena psicodramática não é mero suporte técnico à expressão subjetiva, mas um espaço historicamente atravessado por normas que definem quem pode falar, aparecer, improvisar, ser reconhecido e ocupar o lugar de protagonista. Desse modo, discutir o psicodrama em chave decolonial implica deslocá-lo de qualquer pretensão de neutralidade e reconhecer que seus dispositivos, assim como os demais saberes *psi*, participam de regimes de visibilidade, exclusão e legitimação.

Ribeiro (2023) oferece uma contribuição decisiva a esse movimento ao propor a decolonialidade na pesquisa e na prática psicodramática como meio de enfrentar os epistemicídios históricos que marcaram a constituição dos saberes e das práticas clínicas. Em vez de considerar o método moreniano como universal ou autoevidentemente libertador, a autora convida a interrogá-lo a partir das ausências, silenciamentos e exclusões que o atravessam. Em Ribeiro (2024), essa discussão se desdobra ao reinscrever a psicoterapia de grupo psicodramática em uma imaginação relacional mais aberta à memória, à ancestralidade, à pluralidade de mundos e à complexidade dos vínculos. Com isso, o psicodrama deixa de ser apenas uma técnica de manejo grupal e passa a ser recolocado como campo de disputa epistemológica e política.

Butler (2022) ajuda a adensar essa crítica ao mostrar que reconhecimento, precariedade e inteligibilidade não são dados universais, mas efeitos de enquadramentos normativos que definem quem pode aparecer como vida legítima. Em outras palavras, nem todos os corpos são igualmente reconhecíveis, choráveis ou vivíveis, e isso afeta diretamente as condições de escuta, de elaboração e de intervenção clínica. Em *Quem tem medo do gênero?*, Butler (2024) evidencia ainda que os ataques contemporâneos ao gênero constituem reações políticas à desestabilização de normas naturalizadas, o que torna impossível pensar a clínica e os grupos

como espaços exteriores às disputas sociais do presente. Nessa perspectiva, a cena psicodramática não pode ser concebida como território isento de conflitos normativos, mas como lugar onde esses conflitos aparecem, se reproduzem ou podem ser criticamente retrabalhados.

Preciado (2019, 2023) radicaliza esse diagnóstico ao mostrar que corpo, gênero, sexualidade e desejo são organizados por dispositivos biopolíticos e farmacopornográficos que administram as subjetividades e as materialidades da vida. Sua contribuição é especialmente importante para pensar que os corpos que chegam à cena não chegam "puros", nem anteriores às tecnologias de poder, mas já atravessados por regimes de verdade, classificação, medicalização e controle. Isso significa que o psicodrama, se quiser sustentar uma vocação crítica, também precisa interrogar as formas pelas quais seus próprios conceitos, como papel, vínculo, espontaneidade e encontro, podem ser mobilizados de maneira normalizadora.

Nesse enquadramento, o psicodrama pode operar como dispositivo de desnaturalização de hierarquias e de reconfiguração da cena, desde que seja capaz de interrogar criticamente seus próprios pressupostos. Isso implica perguntar quem é o sujeito presumido pelo método, quais corpos foram historicamente autorizados a protagonizar, quais experiências foram tomadas como universais e quais outras permaneceram à margem, como desvio, excesso ou ruído. Descolonizar o psicodrama não significa abandoná-lo, mas reabrir sua teoria à interpelação produzida por críticas feministas, antirracistas, dissidentes e decoloniais, tornando a cena um espaço de disputa por existência, reconhecimento e transformação.

No contexto da mesa, essa discussão permite afirmar que, quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária, ele se vê convocado a responder não apenas à sua eficácia técnica, mas também às suas condições de legibilidade e aos seus compromissos ético-políticos. A cena deixa de ser apenas um lugar de expressão ou de elaboração e passa a ser também território de contestação das normas que definem quem pode existir plenamente.

É nesse ponto que corpo, cena e descolonização deixam de ser temas paralelos e passam a constituir dimensões centrais de qualquer prática psicodramática comprometida com a transformação social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas permitem sustentar que descolonizar o psicodrama é condição para radicalizar sua potência crítica, e não para negá-la. A partir de Ribeiro (2023; 2024), Butler (2022; 2024) e Preciado (2019; 2023), torna-se possível afirmar que a cena psicodramática não pode mais ser pensada como espaço neutro, universal ou exterior às disputas sociais, uma vez que corpo, linguagem, reconhecimento e sofrimento são constituídos em tramas de poder que atravessam a clínica, os grupos e os vínculos. Isso exige reabrir o legado moreniano à crítica e à transformação, recusando leituras que naturalizem seus pressupostos ou invisibilizem seus limites históricos.

No horizonte desta fala, o encontro entre psicodrama e organização política revolucionária torna visível que a cena também é um campo de disputa por existência, inteligibilidade e protagonismo. Desse modo, uma prática psicodramática comprometida com a transformação social precisa acolher as interpelações feministas, antirracistas, decoloniais e dissidentes como parte constitutiva de sua renovação ético-política. Espera-se, assim, contribuir para afirmar o psicodrama como prática capaz não apenas de elaborar conflitos, mas também de reconfigurar as condições de aparecimento dos corpos e das experiências historicamente silenciadas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Aléxia Bretas et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

PRECIADO, Paul B. **An apartment on Uranus**. Tradução de Charlotte Mandell. Londres: Fitzcarraldo Editions, 2019. [Edição Kindle]

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: pela superação de epistemicídios históricos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 31, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psicodrama/a/W5KmxZvgKcDCwm5QfrjZHMS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 fev. 2026.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. Uma floresta de árvores anciãs: sonho-ação sobre psicoterapia de grupo psicodramática. In: VOMERO, Laura de Souza Zingra et al. **Que mundo queremos?: eu, você, nós!**. São Paulo: Federação Brasileira de Psicodrama, 2024.

Sameca, formação militante e elaboração coletiva em psicodrama

Elisa Melo[3]

RESUMO

Esta fala apresenta o psicodrama como ferramenta de elaboração coletiva no interior de uma organização político-social contra-hegemônica, tomando como referência experiências desenvolvidas na associação Saúde Mental Camarada, Sameca. Seu foco está menos na formulação conceitual abstrata e mais na pergunta prática sobre o que se produz quando o psicodrama entra em relação com processos de formação militante, de cuidado em saúde e de organização política. Em diálogo com Moreno (2018, 2019), Ribeiro (2023, 2024), Fisher (2009, 2020), Malaquias (2020), Butler (2022, 2024) e Preciado (2019, 2023), argumenta-se que essa articulação desloca o modo de compreender o sofrimento, o vínculo e a ação coletiva. Em vez de tratar o mal-estar como questão privada, a prática psicodramática permite explicitar as relações entre o sofrimento individualizado e as determinações sociais, favorecendo vínculos de solidariedade, a leitura crítica da conjuntura e o fortalecimento da capacidade de agir. Metodologicamente, a fala se ancora em recortes de vivências psicodramáticas abertas, processos grupais de formação, intervisão, estudos e socialização, compreendidos como espaços microssociais nos quais se condensam contradições mais amplas do presente. O objetivo é discutir em que medida o psicodrama pode funcionar como ferramenta estratégica para organizações contra-hegemônicas ao potencializar encontros, deslocar afetos de impotência e sustentar experiências de imaginação política e de ação compartilhada. Conclui-se que sua potência não reside em substituir a transformação estrutural, mas em criar condições psicossociais e relacionais para a desalienação e o ensaio coletivo de outros modos de existir e de lutar.

Palavras-chave: Psicodrama. Sameca. Organização política. Formação militante. Elaboração coletiva.

[3] Graduada em Psicologia (Unicsul), Estudante de Psicodrama Nível I (Dramatriz), elisa.melo0904@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o psicodrama como ferramenta de elaboração coletiva no interior de uma organização político-social contra-hegemônica, tomando como referência experiências desenvolvidas na associação Saúde Mental Camarada, Sameca, no contexto da mesa *O que acontece quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária?*. Seu tema central consiste em discutir o que se produz quando o psicodrama entra em relação com processos de formação militante, de cuidado em saúde e de organização política, deslocando o modo de compreender o sofrimento, o vínculo e a ação coletiva. Parte-se do entendimento de que o mal-estar não pode ser tratado apenas como questão privada, individual ou desvinculada das condições históricas que o produzem, mas deve ser reinscrito em tramas sociais mais amplas.

A justificativa do estudo reside na necessidade de pensar o psicodrama para além de seus usos estritamente clínicos ou adaptativos, interrogando sua potência como prática relacional e política em espaços coletivos comprometidos com transformação social. Em diálogo com Moreno (2018, 2019), Ribeiro (2023, 2024), Fisher (2009, 2020), Malaquias (2020), Butler (2022, 2024), Preciado (2019, 2023) e Fanon (2008), sustenta-se que o sofrimento que emerge em grupos militantes e profissionais não é apenas a expressão de dificuldades subjetivas isoladas, mas também o efeito de condições históricas, materiais, raciais, sexuais e políticas que exigem uma leitura crítica e a elaboração compartilhada. Nesse horizonte, a Sameca aparece como um espaço privilegiado para observar como práticas psicodramáticas podem operar na formação de vínculos, na leitura da conjuntura e no fortalecimento da capacidade coletiva de agir.

O objetivo geral é discutir em que medida o psicodrama pode funcionar como ferramenta estratégica para organizações contra-hegemônicas, ao potencializar encontros, deslocar afetos de impotência e sustentar experiências de imaginação política e de ação compartilhada. Especificamente, pretende-se mostrar como processos grupais de formação,

intervisão, estudos e socialização podem favorecer a explicitação das relações entre o sofrimento individualizado e as determinações sociais, bem como a elaboração coletiva de impasses vividos no trabalho, na militância e no cotidiano.

2 DESENVOLVIMENTO

A reflexão parte da compreensão de que a experiência coletiva não constitui mero pano de fundo para o sofrimento, mas sim uma de suas condições de leitura e de elaboração. Fisher (2009, 2020) mostra que o neoliberalismo tende a privatizar o mal-estar, convertendo contradições sociais em insuficiências pessoais e enfraquecendo a imaginação política. Nesse quadro, exaustão, medo, cinismo e impotência passam a ser vividos como falhas do sujeito, e não como efeitos de uma ordem histórica fundada na precarização, sobrecarga e fragmentação dos vínculos. Em diálogo com esse diagnóstico, Malaquias (2020) ajuda a compreender que os saberes psi também podem participar de formas normativas de gestão da vida, sobretudo quando adaptação, desempenho e ajustamento operam como parâmetros silenciosos de legitimidade. Fanon (2008), por sua vez, permite adensar esse quadro ao evidenciar que a opressão se inscreve nos corpos, nos afetos e nas formas de reconhecimento, tornando impossível separar o sofrimento subjetivo das estruturas sociais, raciais e coloniais.

É nesse contexto que o psicodrama é retomado como prática capaz de restituir mediações entre sujeito, grupo e história. A partir de Moreno (2018, 2019), mobilizam-se especialmente as noções de espontaneidade-criadora, encontro, cena, papel e socionomia, entendidas não apenas como categorias clínicas, mas como ferramentas para pensar relações sociais e possibilidades de ação coletiva. Quando articulada a processos de formação militante e cuidado em saúde, a cena psicodramática deixa de funcionar apenas como espaço de expressão e passa a operar como dispositivo de leitura e retrabalho de conflitos. O que aparece como cansaço, desalento, medo ou paralisia pode, então, ser reinscrito em tramas sociais mais amplas e elaborado de forma compartilhada.

No caso da Sameca, essa articulação se materializa em vivências psicodramáticas abertas, em espaços grupais de formação, em intervisão, em estudos e em socialização. Tais dispositivos são compreendidos aqui como espaços microssociais em que se condensam contradições mais amplas do presente. As experiências relatadas indicam que, quando o psicodrama é integrado de modo dialógico à realidade concreta dos coletivos, ele favorece a criação de espaços consistentes de fala e escuta, fortalece vínculos de solidariedade, amplia a coesão grupal e estimula processos de elaboração subjetiva articulados à reflexão crítica sobre a conjuntura. Em vez de reduzir o sofrimento a problema de ajuste individual, a prática psicodramática permite explicitar suas relações com precarização, fragmentação temporal, captura do desejo e violência institucional.

Essa leitura é aprofundada com Ribeiro (2023, 2024), que resgata e tensiona os elementos decoloniais da teoria moreniana, recolocando o psicodrama em diálogo com lutas contemporâneas contra a colonialidade, o racismo, a cisheteronormatividade e a normalização da vida. Tal contribuição é importante porque impede que o método seja tratado como universal ou politicamente autoevidente. Ao contrário, exige perguntar quem ocupa a cena, quais conflitos se tornam legíveis e quais modos de existência permanecem marginalizados mesmo em espaços que se pretendem críticos. Butler (2022, 2024) também contribui para sustentar a ideia de que precariedade, reconhecimento e enquadramentos normativos são centrais para pensar quem pode aparecer, falar, sofrer e agir politicamente. Já Preciado (2019, 2023) evidencia que corpo, gênero, sexualidade e desejo são organizados por dispositivos biopolíticos e farmacopornográficos que atravessam a vida cotidiana e os modos de sofrimento. Em conjunto, esses referenciais ampliam a compreensão de que a prática psicodramática, quando comprometida com a transformação social, precisa sustentar não apenas a elaboração emocional, mas também a crítica às normas que moldam os vínculos e delimitam o campo do possível.

Nesse enquadramento, o psicodrama pode funcionar como ferramenta estratégica para organizações contra-hegemônicas, ao potencializar encontros, deslocar afetos de impotência e

sustentar experiências de imaginação política e de ação compartilhada. Sua potência não reside em oferecer respostas prontas nem em substituir a transformação estrutural, mas em criar condições psicossociais e relacionais para a desalienação, a coesão grupal e o ensaio coletivo de outros modos de existir e de lutar. No interior da Sameca, isso significa tomar a elaboração coletiva não como efeito secundário da militância, mas como dimensão constitutiva da própria formação política.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas permitem sustentar que o encontro entre psicodrama e organização política revolucionária produz deslocamentos importantes na compreensão do sofrimento, do vínculo e da ação coletiva. No contexto da Sameca, a prática psicodramática mostra-se capaz de favorecer a explicitação das relações entre o mal-estar individualizado e as determinações sociais, fortalecendo processos de solidariedade, a leitura crítica da conjuntura e a elaboração compartilhada de impasses vividos no trabalho, na militância e no cotidiano.

Ao destacar o arcabouço teórico-metodológico, este trabalho defende que o psicodrama pode operar como ferramenta relacional de resistência e de criação política, desde que não seja reduzido à técnica de adaptação subjetiva, nem se separe dos conflitos históricos que atravessam corpos, grupos e instituições. Sua potência, assim, não está em substituir a transformação estrutural, mas em criar condições para a desalienação e para o ensaio coletivo de outros modos de existir, de vincular-se e de lutar. Espera-se, portanto, contribuir para afirmar a elaboração coletiva como dimensão estratégica da formação militante e do cuidado em saúde em organizações contra-hegemônicas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Aléxia Bretas et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

FISHER, Mark. **Pós-capitalismo: notas sobre o fim da sociedade contemporânea**. São Paulo:
Autonomia Literária, 2020.

MALAQUIAS, Maria Celia. Psicodrama e negritude no Brasil. In: MALAQUIAS, Maria Celia. (Orgs.). **Psicodrama e relações étnico-raciais: diálogos e reflexões**. São Paulo: Ágora, 2020. [versão Kindle].

MORENO, Jacob Levy. *Who shall survive? A new approach to the problem of human interrelations*. Washington: Nervous and Mental Disease Publishing Co., 2018.

MORENO, Jacob Levy. *The Essential Moreno: Writings on Psychodrama, Group Method, and Spontaneity.* New Paltz: Tusitala Publishing, 2019.

PRECIADO, Paul B. **An apartment on Uranus**. Tradução de Charlotte Mandell. Londres: Fitzcarraldo Editions, 2019. [Edição Kindle]

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: pela superação de epistemicídios históricos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 31, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psicodrama/a/W5KmxZvgKcDCwm5QfrjZHMS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 fev. 2026.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. Uma floresta de árvores anciãs: sonho-ação sobre psicoterapia de grupo psicodramática. In: VOMERO, Laura de Souza Zingra et al. **Que mundo queremos?: eu, você, nós!**. São Paulo: Federação Brasileira de Psicodrama, 2024.